



As compras públicas de alimentos em Tramandaí-RS e a construção de sistemas alimentares sustentáveis

Ingrid de Paula Marques (discente Bacharelado Interdisciplinar em Ciência e Tecnologia – BICT/UFRGS)
Cátia Grisa (Professora no Departamento Interdisciplinar – CLN/UFRGS)

Introdução

A compra pública de alimentos diz respeito ao processo por meio do qual o governo ou organizações do setor público buscam adquirir alimentos necessários ao seu funcionamento, em conformidade com as leis e normas em vigor (Squeff, 2014). Mais do que um procedimento administrativo, as compras públicas alimentares fazem parte de um sistema complexo que conecta diferentes áreas como economia, meio ambiente, social, saúde, entre outros.

As compras públicas podem promover dinâmicas regionais de desenvolvimento, valorizar determinados atores e setores produtivos em detrimento de outros, preservar o meio ambiente, estimular a alimentação saudável e contribuir na construção de sistemas alimentares sustentáveis, entendidos como aqueles que conseguem “assegurar a segurança alimentar e nutricional para todos de modo que as bases econômicas, sociais e ambientais necessárias para gerar segurança alimentar e nutricional das gerações futuras não seja comprometida” (HLPE, 2014, p. 31)

Objetivos

O objetivo deste trabalho é analisar o modo como os diferentes mecanismos de compras públicas de alimentos presentes no município de Tramandaí-RS contribuem na construção de sistemas alimentares sustentáveis.

Metodologia

Para este trabalho foram realizadas oito entrevistas com os principais atores envolvidos com as aquisições de alimentos nos diferentes mecanismos mapeados, foram eles o Restaurante Universitário da UFRGS-CLN, escolas municipais, escolas estaduais, assistência social e serviços municipais de saúde como os postos de saúde e o Hospital Tramandaí.

Resultados

A partir dos dados coletados, estimou-se que, no ano de 2018, foram aplicados cerca de R\$ 4,86 milhões de reais na aquisição de alimentos, beneficiando diferentes fornecedores. As empresas, as cooperativas, os mercados e os agricultores individuais fornecedores dos alimentos foram oriundos de 15 municípios, situados nas regiões do Litoral, Metropolitana e Serra Gaúcha.

As compras realizadas pelas escolas estaduais e municipais e pelo Restaurante universitário procuraram contemplar a agricultura familiar, atendendo a aquisição mínima de 30% de alimentos da categoria social. Preocupações com alimentação saudável e respeito aos hábitos alimentares locais foram observadas principalmente nas aquisições realizadas pela secretaria municipal de educação e pelo restaurante universitário. Apenas nas aquisições para as escolas municipais foi observada a compra de alimentos orgânicos/agroecológicos.

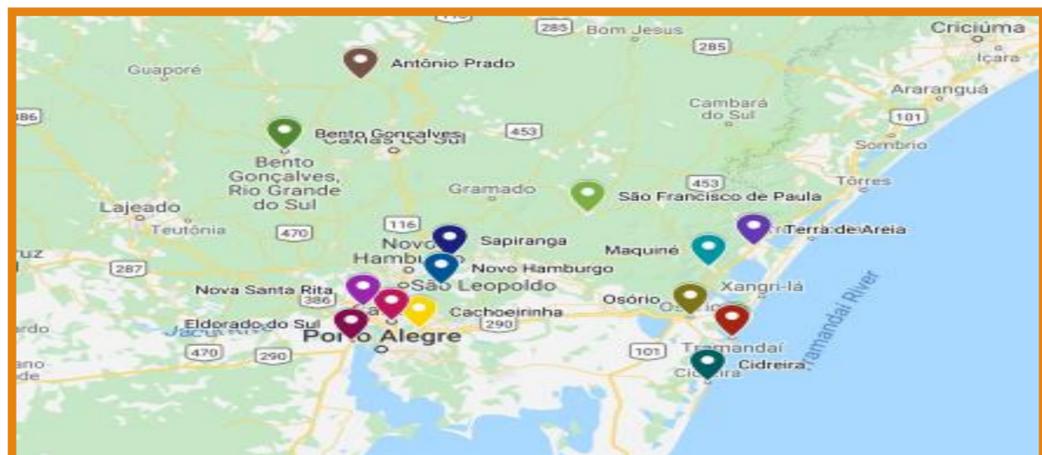
Tabela 01: Critérios que orientam as compras públicas no município de Tramandaí.

Instituição	Economicidade	Sazonalidade	Origem: agricultura familiar	Agroecológico	Atende populações tradicionais	Preocupação com obesidade e sobrepeso
Restaurante Universitário (UFRGS-CLN)	●	●	●	●	⊗	⊗
Secretaria municipal da educação	●	●	●	●	⊗	●
Secretaria municipal da Assist. social	●	●	●	⊗	⊗	⊗
Escola Nossa Senhora	●	●	●	⊗	⊗	⊗
Escola Assis Brasil	●	●	●	⊗	⊗	⊗
Escola Barão de Tramandaí	●	●	●	⊗	⊗	⊗

Fonte: Questionários aplicados durante as entrevistas.

Legenda: Presente: ● ; Ausente: ⊗ ;

Figura 01: Distribuição espacial dos municípios de origem dos fornecedores para as compras públicas



Fonte: Elaborado pelas autoras.

Considerações finais

De modo geral, a economicidade se mostrou o principal critério norteador das compras públicas e a aquisição dos alimentos ainda é timidamente utilizada como uma política pública multissetorial. O potencial das compras públicas para a construção de sistemas alimentares sustentáveis poderia ser melhor explorado.

Referências Bibliográficas

HLPE. Food losses and waste in the context of sustainable food systems. A report by the High Level Panel of Experts on Food Security and Nutrition of the Committee on World Food Security, Rome 2014.
SQUEFF, F.H.S. O poder de compras governamental como instrumento de desenvolvimento tecnológico: análise do caso brasileiro. Texto para discussão 1922, Brasília, 2014.